

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. MENDONÇA FILHO)

Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 2020, que “regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)”, para acrescentar nova condicionalidade para recebimento da complementação VAAR pelos entes federados; estabelecer prazos para atualização das estimativas de receitas do Fundeb ao longo do ano; flexibilizar o uso de contas bancárias para execução dos recursos do Fundo; e estabelecer critérios e limites para a especificação de diferenças e ponderações de matrículas pela Comissão Intergovernamental de Financiamento da Educação Básica de Qualidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.....

§

1º

.....

VI – implementação de programa de formação continuada para profissionais da educação.

.....

Art. 16

.....



§ 1º Após o prazo de que trata o *caput* deste artigo, as estimativas serão atualizadas ao fim do primeiro e do segundo quadrimestres do exercício de referência e publicadas respectivamente até 30 de abril e 31 de agosto.

.....

Art. 21. Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 20 desta Lei.

.....

Art. 43. No exercício da competência que lhe é atribuída pelo inciso I do art. 18 desta Lei, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, para especificação das diferenças e ponderações dispostas nas alíneas 'a' e 'b' desse inciso, a serem aplicadas a partir de 2024, observará os seguintes critérios ou limites:

I - similaridade dos custos de oferta, em condições semelhantes, das etapas obrigatórias da educação básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio);

II - diferença entre as condições de oferta no meio urbano e rural, contemplando de modo diferenciado as matrículas em regiões de acesso extremamente difícil que impliquem custos mais elevados de oferta;

III - diferença de custos da oferta em tempo parcial e tempo integral;

IV – diferença de custos da oferta resultante do aumento progressivo da jornada escolar na educação básica obrigatória;

V - diferença de custos da oferta de creche, articulada com as necessidades de atendimento no ente federado, considerados, em especial, critérios de vulnerabilidade socioeconômica;



VI – diferença de custos da oferta da educação especial e do ensino médio articulado com a educação técnica profissional;

VII – adoção de parâmetros destinados a evitar que a definição e atualização anual das ponderações resultem em redução excessiva de recursos para qualquer ente federado;

VIII – aplicação da ponderação do nível socioeconômico dos estudantes associada à disponibilidade de recursos do ente federado destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....”

Art. 2º Revoga-se o § 9º do art. 21 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A atual redação do “caput” do art. 43 da Lei nº 14.113, de 2020, determina a sua atualização até 31 de outubro de corrente ano, com relação: a) diferenças e ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, nos termos do art. 7º desta Lei; b) diferenças e ponderações quanto ao valor anual por aluno relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, nos termos do art. 10 desta Lei; e c) indicador para educação infantil, nos termos do art. 28 desta Lei.

Esse mesmo artigo, em seu § 1º, lista as ponderações aplicadas nos anos de 2021, 2022 e 2023.

Por outro lado, o inciso I do art. 18 da mesma Lei dispõe que compete à Comissão Intergovernamental de Financiamento da Educação Básica de Qualidade especificar anualmente essas diferenças e ponderações, observados os limites estabelecidos nessa Lei.



A leitura sistemática do texto legal leva à conclusão de que, para aplicação a partir de 2024, as diferenças e ponderações serão especificadas pela Comissão Intergovernamental, de acordo com limites que importa definir na Lei.

Esse é o primeiro objetivo do presente Projeto de Lei. Ao alterar o “caput” do art. 43 da norma vigente, estabelece critérios e limites a serem observados pela Comissão Intergovernamental no exercício de sua atribuição.

Entre eles, ressaltam-se as propostas de que: a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio (de formação geral) recebam ponderações iguais ou muito similares; a diferença de ponderação entre escola urbana e escola rural não seja uniforme, mas considere, por exemplo, condições específicas de difícil acesso, como é o caso típico de boa parte da região amazônica; a ponderação para matrícula em creche seja articulada à necessidade de atendimento, em função da vulnerabilidade socioeconômica da população em cada ente federado; a ponderação relativa a nível socioeconômico dos estudantes seja associada à disponibilidade de recursos para aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ente federado, pois pode haver correlação negativa entre as duas variáveis; as ponderações relativas às matrículas em educação especial e na educação técnica profissional de nível médio estimulem seu atendimento; e a adoção de parâmetros que evitem perdas abruptas de recursos de entes federados, em razão de alterações nas diferenças e ponderações.

Além disso, a proposição insere, como condicionalidade para recebimento da complementação VAAR pelos entes federados, a comprovação da implementação de uma política para promoção da qualidade da educação básica: a formação continuada de seus profissionais.

Propõe-se também ajuste nos dispositivos relativos às contas bancárias que podem ser operadas pelos entes federados para movimentação dos recursos do Fundeb, conferindo-lhe maior flexibilidade, sem perda de transparência.



Finalmente, estabelece periodicidade mais clara para atualização, ao longo do ano, das estimativas de recursos do Fundeb, de modo que ela ocorra quadrimestralmente, nos meses de abril e agosto, sem necessidade, como hoje ocorre, de atualização ao final do exercício, o que tem gerado transtorno na gestão desses recursos em muitos entes federados.

Estou seguro de que a relevância da presente proposta haverá de receber o indispensável apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado MENDONÇA FILHO

2023-11411

